



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Formação profissional

### SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO DOCENTE: uma análise crítica

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS <sup>1</sup>

GABRIELLE STÉPHANY NASCIMENTO SGARBI <sup>2</sup>

CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA <sup>3</sup>

#### Resumo

A supervisão de estágio em Serviço Social configura-se como um dos desafios para a efetivação do estágio supervisionado em Serviço Social, tendo uma maior definição em relação ao seu entendimento a partir da PNE que traz os acúmulos da categoria profissional. Tem um importante significado ao garantir os princípios de indissociabilidade preconizados pela formação acadêmico-profissional, entre elas a relação entre conhecimento e realidade social. Contraditoriamente, as condições de trabalho dos profissionais refletem diretamente na sua realização e qualidade. Dessa forma, desenvolveremos algumas considerações em relação a supervisão acadêmica frente ao desmonte do ensino superior e da precarização do trabalho docente.

**Palavras-chave:** Trabalho. Educação. Trabalho docente. Supervisão de estágio. Supervisão Acadêmica.

#### Abstract

---

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista

3 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista

Internship supervision in Social Work is one of the challenges for the realization of supervised internship in Social Work, having a greater definition in relation to its understanding from the PNE that brings the accumulations of the professional category. It has an important meaning in guaranteeing the principles of inseparability advocated by academic-professional training, including the relationship between knowledge and social reality. Contradictorily, the working conditions of professionals directly reflect on their performance and quality. In this way, we will develop some considerations in relation to academic supervision in the face of the dismantling of higher education and the precariousness of teaching work.

**Keywords:** Work. Education. Teaching work. Internship supervision. Academic Supervision.

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações do mundo do trabalho a partir da crise capitalista da década de 1970, é marcada pelo desenvolvimento da tecnologia de ponta, com base na informática e robótica, contribuindo para a quebra de barreiras geográficas através da conexão da rede de computadores no mundo todo, permitindo a redução do tempo e de espaço entre países, pessoas, culturas e populações pelo vasto mundo capitalista.

Essa reestruturação das forças produtivas, permitiu o capital se reorganizar de forma planetária, superando barreiras para o acesso a mercadorias, produtos e matérias primas de diversos lugares do globo, contribuindo para o aumento das taxas de lucros e concentrando cada vez mais a riqueza. Neste devastado mundo capitalista, o capital financeiro ganha a cena contemporânea, viabilizando o tão sonhado objetivo do capital: permitir que o capital gere cada vez mais riqueza por meio da especulação financeira.

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins dos anos 60

e início dos 70 – em verdade, expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais –, fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implantasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo produtivo e, ao mesmo tempo, à reposição de seu projeto de dominação societal, abalados pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social. (ANTUNES, 2002, p. 23).

Antunes destaca essa transformação na forma de organizar e gerir o trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital que tem sua expressão no exaurimento do padrão taylorista/fordista e keynesiano de intervenção na economia pelo Estado, reorganizando a força de trabalho com o objetivo de superar a crise capitalista e reestabelecer os altos índices de acumulação e concentração de riqueza.

Esta nova forma de gerir o trabalho, criou novas formas de relação do Estado com a sociedade, e de sociabilidade e subjetividade, criando formas de trabalho cada vez mais precárias, gerando insegurança na garantia da sobrevivência da classe trabalhadora, através da instabilidade nas relações de trabalho. As relações sociais tornam-se cada vez mais descartáveis e efêmeras, priorizando o mundo das aparências.

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vista a dotar o capital do instrumento necessário para repor os patamares de expansões anteriores (ANTUNES, 1999, p. 31).

No atual estágio de reestruturação produtiva, observa-se uma intensificação da exploração da força de trabalho, com a intensificação da exploração em todos os ramos da produção e da esfera de prestação de serviços, refletindo no campo da educação, na produção do conhecimento e na gestão do trabalho docente, como veremos mais a diante. É importante destacar que nesta lógica, a desregulamentação da força de trabalho é traduzida em precarização das relações de trabalho e de desmonte dos direitos trabalhistas, ao passo que é chamado para

desenvolver diversas funções e tarefas, em nome da polivalência que é traduzida pela forma fetichizada de eficiência. A flexibilização das relações de trabalho, significa o adestramento do/a trabalhador/a as atuais artimanhas de exploração do trabalho, caracterizado:

[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros e produtos, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2003, p. 140).

Estes apontamentos iniciais são fundamentais para compreendermos o contexto que se dá as contrarreformas das políticas sociais, em especial da educação brasileira e seus rebatimentos no trabalho docente, onde presenciamos o adoecimento da/o docente, expressão dessas relações de trabalho precarizadas, com a intensificação do trabalho, as formas de ensino com a expansão em larga escala do ensino à distância, atrelada a um projeto de educação tecnicista, aligeirada e a-crítica, e por fim, com formas de gestão da educação que inserem as Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's) na lógica empresarial de eficácia e produtividade de resultados traduzidos em produções científicas, desenvolvimento científico atrelado aos interesses de capital e indicadores de avaliação a partir do número de discentes formados.

Estas mudanças no mundo do trabalho vão apresentar determinadas particularidades para o estágio supervisionado, enquanto atividade obrigatória para a formação profissional que tem por objetivo aproximar o/a discente do espaço sócio-ocupacional do/a Assistente Social contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho profissional por meio da supervisão direta e sistemática. Por se configurar como atribuição privativa do/a Assistente Social, esta deve ocorrer de forma articulada e indissociável garantindo a qualidade da formação profissional.

Devido a forma como é concebida pelas Diretrizes Curriculares e à dimensão interventiva da profissão que é precedida da investigativa. A supervisão de estágio

tem rebatimentos concretos com a precarização do trabalho, expresso pelas condições de trabalho do/a supervisor/a de campo e acadêmica.

Neste trabalho, nosso enfoque será na supervisão acadêmica e os desafios para sua efetivação a partir das condições do trabalho docente, que tem refletido diretamente no processo formativo do/a Assistente Social. Abordaremos inicialmente como essas transformações tem se particularizado no trabalho docente e posteriormente abordaremos o lugar que a supervisão de estágio ocupa no processo de ensinagem em Serviço Social e como as condições do trabalho docente rebatem no processo de supervisão, na sua forma de organização a partir dos princípios das Diretrizes Curriculares de 1996 e da Política Nacional de Estágio (PNE), na garantia da qualidade do processo de formação acadêmico-profissional e principalmente da supervisão de estágio conforme é preconizado pela categoria.

## **1. Condições de trabalho do/a assistente social na contemporaneidade**

Estamos inseridos em uma sociedade capitalista permeada por profundas transformações societárias que alteram o mundo do trabalho e a vida da classe trabalhadora, ou seja, classe que necessita do trabalho para sobreviver.

De acordo com Yamamoto (2012, p. 87), “[...] o acesso ao trabalho continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população, alijada de outras formas de propriedade que não seja a sua capacidade de trabalho.”

Perante a essa realidade, faz-se necessário compreender o mundo do trabalho na contemporaneidade. A classe trabalhadora como um todo, engloba diversas profissões que vivenciam constantes limites e possibilidades em seu cotidiano e em sua atuação profissional, porém nesse artigo abordaremos as condições de trabalho do assistente social no exercício da supervisão acadêmica e supervisão de campo de estágio.

Ressalta-se que, o Serviço Social é uma profissão investigativa e que intervém diretamente na realidade social, o profissional atua em seu cotidiano com as mais

perversas expressões da questão social.

A questão social é apreendida como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

Nesse sentido faz-se extremamente relevante que o/a profissional possua um olhar crítico sobre a realidade e compreenda a totalidade das situações. O Serviço Social é uma profissão liberal e está inserida na divisão social e técnica do trabalho, dessa forma o assistente social faz parte da classe trabalhadora, sendo um profissional assalariado que vivencia a precarização do trabalho em suas múltiplas dimensões na contemporaneidade, bem como outras profissões.

Devido a precarização das condições de trabalho, a vasta demanda de profissionais e a baixa oferta de postos de trabalho para absorver esta mão de obra, tem-se no Serviço Social um exército de reserva que por vezes diante da necessidade de subsistência e a busca por experiência profissional se submetem a trabalhos com baixa remuneração, condições de trabalho precarizadas e até irregularidades que ferem o código de ética profissional, tais como: trabalhar mais de trinta horas semana mesmo diante da conquista das trinta horas pela categoria, assinar termos de estágio sem o discente ter de fato estagiado na instituição, assinar documentos/projetos que não são de sua produção intelectual, mas que precisam da assinatura do profissional para serem enviados para prefeituras, conselhos municipais, empresas privadas para captação de recursos financeiros, dentre outras.

Essa realidade também ocorre no setor público, pois os/as assistentes sociais também tem receio de sofrerem represarias, como serem transferidos para outros serviços contra a sua vontade ou ser prejudicado/a ao solicitar um cargo de coordenação.

Vale salientar que, o processo de trabalho é complexo, pois é multifatorial, está relacionado a diversas questões que perpassam a vida do ser humano, suas relações pessoais e interpessoais, a forma como o indivíduo se enxerga, sente-se ou não pertencente a atividade que exerce, a satisfação pessoal e profissional, a sua

qualificação, as oportunidades que lhe são propostas ao nepotismo e ao famoso “quem indica” presente em diversos espaços ocupacionais que valorizam as relações pessoais e não a qualificação e competência para o cargo.

Trabalhar é uma necessidade humana de subsistência e de pertencimento social na sociedade capitalista. Nesse sentido, concorde Miotto (2009, p. 05): “As necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais, mas tais demandas devem ser interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista.”

Perante a forma como o trabalho é organizado na sociedade capitalista que por sua vez é permeada por desigualdades sociais, faz-se necessário a reflexão sobre os rebatimentos do trabalho na vida do ser humano.

Nesse sentido, destaca-se que, exercer atividade laboral é uma necessidade humana e ao mesmo tempo um desafio, principalmente quando o indivíduo vivencia condições precarizadas de trabalho que impactam o seu cotidiano profissional e podem provocar angústia, sofrimento, insatisfação pessoal e/ou profissional.

## **2. Supervisão acadêmica e trabalho docente: alguns elementos para análise**

Para compreendermos os desafios para a efetivação da supervisão acadêmica em Serviço Social é fundamental situá-la no contexto da formação acadêmico-profissional, enquanto uma atribuição privativa do/a Assistente Social sendo preconizada pelo Código de Ética profissional de 1996: [...] “VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (BRASIL, 2012, p. 46), sendo que o profissional supervisor/a de campo e acadêmico deve estar em gozo do exercício profissional e com o registro ativo. Dessa forma é proibida a supervisão de estágio curricular em Serviço Social (seja ele na modalidade obrigatório ou não-obrigatório) por profissionais que não são assistentes sociais: “[...]”

e- Permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a” (BRASIL, 2012, p. 28).

A garantia do estágio supervisionado curricular é da competência das Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's), conforme nos coloca o Código de Ética em seu “art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão”. (BRASIL, 2012, p. 52).

Destacamos a importância desse aporte legal na preservação da qualidade do estágio supervisionado que encontra inúmeros desafios para sua efetivação conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, enquanto espaço de síntese da relação entre formação e trabalho profissional, objetivando a capacitação do/a estagiário/a para decifrar a realidade social de forma crítica e propositiva em consonância com projeto ético-político da categoria, construído coletivamente.

O estágio supervisionado é destacado nas DC's como um importante espaço de articulação entre conhecimento e realidade social (a superação da dicotomia entre teoria e prática), sendo um dos momentos da formação acadêmico-profissional (mas não somente o único) capaz de viabilizar essa relação, mediante a supervisão sistemática, garantia através da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica que deve ocorrer de forma concomitante com o período letivo. É o espaço de desenvolvimento da autonomia e de competências necessárias para o trabalho profissional, que conforme preconizado pelas DC's, a formação acadêmico-profissional objetiva a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao



Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 7).

Percebemos pelos princípios preconizados pelas DC's, que a profissão preza por uma formação crítica que permite o desvelamento radical da realidade social, a partir das determinações do mundo do trabalho em uma sociabilidade que é assentada na divisão sócio técnica, sexual, de gênero, raça e etnia do trabalho, cuja lógica que permite sua reprodução está alicerçada na propriedade privada dos meios e produtos do trabalho. Essa análise crítica é fundamental para apreendermos os rebatimentos dessas mudanças no trabalho do/a assistente social e, principalmente do trabalho docente, enquanto uma das formas do exercício profissional, onde a supervisão acadêmica é uma das atribuições privativas.

A educação, assim como as demais políticas públicas, a partir da orientação neoliberal para o Estado, tem sofrido o desmonte enquanto direito social, sendo estruturada a partir de uma lógica mercadológica e privatista, expansão do ensino privado no país principalmente em sua modalidade à distância, tem que ganhado grande adesão principalmente no Serviço Social diante de sua configuração, podendo ser ofertado nesta modalidade.

A complexidade do sistema universitário e as especificidades inerentes ao ensino superior refletem diretamente no processo de formação profissional, tanto em sua natureza, como no seu conteúdo. Como em outras profissões, a formação em Serviço Social é caracterizada pelas particularidades institucionais e diversidade de paradigmas relacionados à natureza de suas teorias, métodos e intervenção na realidade.

No ensino público, presenciamos o sucateamento da universidade pública, com corte de verbas e de recursos para manter bolsas de estudos e a permanência estudantil. A universidade pública também passa a ser gerida por uma lógica empresarial transformando sua forma de gestão e avaliação através de indicadores de produtividade e de eficiência. Essa lógica privatista tem um direcionamento que é somente econômica, mas também política:

As políticas sociais tendem a ser abordadas não como direito, mas como consumo, colocando em cena o consumidor de serviços ao invés do sujeito coletivo de direitos. Por isso, a preocupação exacerbada com a gestão das políticas sociais por mimetismo com o mercado, o que, em essência, decorre das próprias necessidades atuais de objetivação do capitalismo. A razão técnica se transforma na razão universal, despolitizando as questões que coloca em jogo e exacerbando o pragmatismo, por meio de uma concepção imediatista dos processos que atravessam as políticas sociais. (BARBOSA, 2004, p.54).

Verifica-se uma disputa de projetos de educação, de um lado, uma exigência do mercado de uma formação cada vez mais tecnicista e aligeirada e do outro, a categoria profissional defende uma concepção de educação crítica, que contribua para o desenvolvimento do gênero humano, enquanto sujeito social capaz de compreender sua realidade e nela intervir de forma crítica, na direção de emancipação política e humana. Essa direção social, política e econômica na educação, principalmente no ensino superior se expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que possui cinco traços:

[...] o primeiro traço é o desavergonhado favorecimento à expansão do privatismo [...] a transformação do ensino superior em área de investimento capital [...]; o segundo traço é a liquidação, na academia, da relação ensino/pesquisa e extensão [...]; o terceiro traço dessa política – a supressão do caráter universalista da universidade [...]; o quarto traço está vinculado ao nexos organizador da vida universitária – a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, o mercado passa a ser uma das referências da vida acadêmica porque passa a legitimar a eficácia universitária [...]; o quinto traço, trata-se [...] da redução do grau da autonomia universitária [...]. (NETTO, 2000, p. 27-29 *apud* CARVALHO, 2018, p. 5).

É fundamental destacar que este direcionamento da educação, está relacionada com a contrarreforma do Estado a partir do ideário neoliberal, que tem como lógica fundante a reestruturação produtiva do capital, que tem como expressão o capital financeiro e bancário, na busca de taxas de superlucros, que tem no modelo toyotista, com o emprego de alta tecnologia de ponta, com o desenvolvimento da informática e da robótica como expressão do desenvolvimento das forças produtivas, empregando o desenvolvimento tecnológico e científico em

diversas esperas da produção capitalista (esta entendida numa perspectiva de totalidade para além da espera produtiva restrita em si), com destaque para a esfera de prestação de serviços onde se situa as políticas sociais, como a educação, saúde, previdência e assistência.

Segundo Iamamoto (2008), o capital financeiro é a fusão do capital industrial com o bancário. Ou seja, essas transformações são fruto da dominação do trabalho pelo capital, alterando organicamente as relações de produção e reprodução social e de sobrevivência da classe trabalhadora. Guerra (2010, p. 719), destaca essas mudanças no mundo do trabalho:

[...] desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado [...]. (GUERRA, 2010, p. 719)

Essa precarização do trabalho reflete na educação, principalmente no trabalho docente, que diante da configuração do ensino superior com a contrarreforma da educação e a lógica expansionista em sua modalidade privatista e à distância em detrimento da universidade pública, tem-se observado uma mudança nas formas de contratação dos/as docentes, destacando contratos de trabalhos temporários, por disciplinas ou atividades, ficando o/a docente a mercê da lógica do mercado de trabalho.

As mudanças sofridas pelo ensino superior e impostas pelo governo neoliberal nos últimos anos, colocam a educação [...] não como um direito, mas como um serviço e este último podendo ser privatizado e não público. Seu conceito, então, baseia-se na ideia de eficácia, sucesso no emprego, previsão, planejamento, controle e êxito. (CHAUÍ, 2003, p. 1).

Pereira (2013, p. 62), destaca os rebatimentos na formação acadêmico-

profissional em Serviço Social a partir da atual configuração do ensino superior no país a partir do ideário neoliberal:

[...] O crescimento acelerado da oferta de vagas, matrículas efetivas e concluintes em curso de Serviço Social na modalidade de EAD, bem como a significativa parcela de concluintes em Serviço Social em IES privadas não universitárias, hipotecamos a ideia que tal realidade traz uma drástica perda qualitativa para o perfil de profissional pelo projeto de formação da ABEPSS. (PEREIRA, 2013, p. 62).

Observa-se uma intensificação do trabalho docente com o aumento do número de atribuições relacionadas as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão. A universidade a partir da lógica empresarial, tem preconizado a produtividade do trabalho docente, privilegiando os indicadores quantitativos, valorizando a quantidade de publicações, orientações, número de aulas entre outras atividades em detrimento da qualidade da formação acadêmico-profissional.

[...] o trabalho docente no ensino superior será intensificado em função da reestruturação capitalista. Novas demandas são impostas e assumidas por tais sujeitos que, com o auxílio da internet e outras tecnologias, assumem atividades (como o preenchimento de relatórios, a busca por financiamento de seus projetos e o lançamento de frequência e conceitos on-line) não computadas em seu regime e carga horária de trabalho. Dessa forma, ampliam-se as funções do professor e, por exemplo, atividades antes executadas por trabalhadores técnico-administrativos passam a ser suas. (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2010, p. 19-20).

Destaca-se que a muita das vezes, no ensino privado, o tripé universitário não é realizado, dando destaque somente ao ensino, ou quando ocorre a extensão é reduzida as atividades que a descaracterizam. A pesquisa também fica comprometida nesta modalidade, principalmente com a modalidade à distância.

Diante desse contexto afirma-se a precarização do trabalho docente, a intensificação do trabalho e o conseqüente adoecimento, diante das pressões de produtividade e da insegurança no trabalho diante das formas vínculos trabalhistas, refletindo em sua capacidade organizativa e política. Apesar desse cenário perverso, a categoria tem resistido e conseguido reafirmar cotidianamente a defesa qualidade

da formação profissional a partir das Diretrizes Curriculares de 1996.

O estágio supervisionado enquanto atividade curricular obrigatória sofre com essas inflexões do trabalho, tanto com as condições do trabalho do/a assistente social supervisor/a de campo e acadêmico, como também com a precarização das políticas públicas, necessárias para garantir a reprodução social da classe trabalhadora, e principalmente com a precarização da educação que rebate incisivamente na formação acadêmico-profissional.

A PNE construída coletivamente pela categoria com o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é um importante instrumento ético-político na defesa do estágio supervisionado, ao problematizar os desafios para a efetivação do estágio conforme defendido pela categoria, afirmando princípios e diretrizes para a qualificação do estágio supervisionado e coloca as atribuições de cada sujeitos partícipes do processo de supervisão.

Entre esses princípios destaca-se a indissociabilidade entre estágio e supervisão de campo e acadêmica, que deve ocorrer de forma articulada, através da construção conjunta do plano de estágio. A indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa que contribui para uma formação qualificada, generalista e dotado de conhecimento que permite a superação da fragmentação das dimensões do trabalho e da formação profissional.

Nesta perspectiva, a precarização das condições de trabalho, principalmente do trabalho docente reflete na qualidade da formação profissional, com a intensificação do trabalho docente e conseqüentemente seu adoecimento, principalmente na alteração do perfil profissional exigido pelo mercado e preconizado pela contrarreforma do ensino superior.

A supervisão acadêmica enquanto atribuição privativa do/a Assistente Social no exercício da docência, conforme é colocado pela PNE, sobre com essas determinações do mundo do trabalho, diante da demanda de atribuições para o docente exigidas pelas UFA's, ensino, pesquisa e extensão.

O/a supervisor/a acadêmico/a deve manter constante diálogo com o/a supervisor/a de campo, buscando a construção coletiva do plano de estágio e sua avaliação, a preparação da supervisão acadêmica e conhecer o campo de estágio em que o/a estagiário/a está inserida. A supervisão acadêmica deve ser trabalhada com grupo de no máximo 15 discentes, diferente da sala de aula, compreensão que algumas UFA's encontram dificuldades para sua realização. Manter contato direto com a coordenação de estágio para acompanhar toda documentação do estágio, entre outras atribuições. Teixeira (2015, p. 182) destaca esses desafios a partir da realidade apresentada:

As condições de trabalho docente revelam a dificuldade das Unidades de Formação Acadêmica (UFA) em efetivar grupos de supervisão. No contexto da mercantilização da educação o objetivo, no ensino privado, passou a ser o lucro dos empresários da área (DAHMER, 2008), e a inserção de mais de um docente na supervisão acadêmica gera custos ao empresariado, que se sobrepõe aos interesses da qualidade da formação profissional. Um supervisor acadêmico para uma sala de 30, 40 ou 70 alunos, como já se verificou, a particularidade do componente curricular supervisão acadêmica não acontece, sendo mais um componente exclusivamente "conteudista", sem a reflexão com os alunos sobre suas atividades no campo de estágio. No que tange aos cursos públicos a falta de concurso docente compromete a supervisão acadêmica, a sobrecarga de trabalho com atividades administrativas não permite a divisão dos grupos de supervisão, muitas vezes quem assume a supervisão acadêmica são profissionais recém contratados na universidade pública, ou até mesmo, em cargo de professores substitutos. (TEIXEIRA, 2015, p. 182-183)

Destacamos que a precarização do trabalho e o desmonte das políticas públicas tem rebatido diretamente na qualidade da formação profissional, e nela compreendida a supervisão de estágio, diante das condições de trabalho do/a assistente social seja no exercício da supervisão de campo ou acadêmica, procuramos aqui destacar alguns desses elementos para análise e seus rebatimentos para o trabalho docente, principalmente no exercício da supervisão acadêmica conforme é preconizado pelas DC's e a PNE. Ainda sobre esses desafios destacamos:

Outro desafio encontrado é a atribuição dos componentes curriculares da supervisão acadêmica. Alguns docentes reproduzem uma "hierarquização das disciplinas", entre as disciplinas "teóricas" e as "práticas"; para estas a supervisão acadêmica é uma

disciplina menor, sem grandes reflexões teórico-metodológicas, o que faz com que um grupo pequeno de docentes se interesse pela supervisão acadêmica, prejudicando e preterindo a supervisão em detrimento de outras disciplinas. Esta visão equivocada da supervisão acadêmica reproduz a cisão entre teoria e prática, colocando em risco a centralidade do estágio na formação profissional. (TEIXEIRA R.; TEIXEIRA L., 2015, p. 183).

Percebemos que apesar dos avanços, principalmente a partir das DC's e da PNE, enquanto importantes instrumentos na preservação da qualidade do estágio supervisionado e da supervisão em Serviço Social principalmente diante do contexto apresentado.

A supervisão de estágio em Serviço Social, enquanto dimensão do estágio supervisionado e da formação acadêmico-profissional, apesar de estar no bojo dos debates da produção acadêmico-científica da categoria, ainda não adquiriu o estatuto necessário no processo formativo, o que reforça sua precariedade diante de uma visão ainda subalterna da supervisão acadêmica. É fundamental romper com essa concepção no Serviço Social, pois é somente a partir do momento que o estágio curricular adquirir o lugar de centralidade na formação profissional que poderemos avançar em sua defesa e qualificação.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva que preza por um perfil profissional crítico e propositivo, que crie respostas qualificadas frente às demandas postas na realidade e impostas pela sociedade.

A trajetória percorrida pela profissão até hodiernidade, como profissão reconhecida e inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, permite constatar uma história de conquistas, no sentido de consolidar uma produção de conhecimento que lhe dá sustentação teórica e metodológica para intervir na realidade, contudo, cresce a cada dia a exigência de profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, mas ressalta-se que mesmo que o profissional seja

qualificado isso não significa que a sua atuação vai possuir qualidade, pois diversos profissionais vivenciam diariamente condições de trabalho precarizadas e ligadas a pressão da produtividade, ocasionando uma sobrecarga de tarefas.

Encontramos muitos desafios para que a formação profissional possua qualidade em todos os âmbitos desde a graduação, tais como: precarização do trabalho docente e do assistente social nas suas diversas áreas de atuação, resistência para ampliação do quadro de assistentes sociais, falta de incentivo para a pesquisa e para a extensão, produtivismo acadêmico e no crescente tratamento da educação como mercadoria, sobretudo com a expansão desenfreada do ensino à distância.

A mercantilização da educação produz uma formação agileirada que não vai de acordo com o projeto ético-político profissional, nem com as Diretrizes Curriculares. “Uma formação aligeirada, atravessada pela lógica mercantil, por si só esvazia a possibilidade de uma formação crítica, capaz de desvelar a realidade.” (CARMO, 2009)

Outro aspecto que rebate diretamente na formação profissional é a precarização das condições de trabalho do/a assistente social no exercício da docência que vivencia cotidianamente a pressão para o produtivismo acadêmico, submete-se a contratos temporários e a baixos salários para conseguir manter-se no mercado de trabalho, dentre outros desafios que podem interferir na qualidade da supervisão acadêmica e consequentemente na formação profissional do/a discente.

Estudar a supervisão de estágio e a categoria trabalho é extremamente relevante, pois torna-se possível compreendermos os avanços e os desafios da profissão ao longo do seu percurso histórico e na contemporaneidade, almejando agregar mais qualidade no processo de supervisão, formação profissional do/a discente e atuação profissional do/a assistente social.

## **REFERÊNCIAS:**



ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 23 ago.2022.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p 23-45, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18601/11975>>. Acesso em: 23 ago.2022.

BARBOSA, R.N. de C. Gestão: Planejamento e Administração. In: O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político. Porto Alegre: *Temporalis*, ABEPSS, 2004.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2012. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 23 ago.2022.

CARMO, C. R. do et al. *Formação profissional em serviço social: avanços e desafios frente uma conjuntura de contra-reforma do ensino superior*. SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Segurança: A paz é o fruto da justiça, 2009.

CARVALHO, G. M. de O. *O desmonte privatista da universidade brasileira e os impactos na formação profissional dos/as assistentes sociais*. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. v. 16 n. 1 (2018): Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. p. 1-18, 2018.

CFESS, Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 out. 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=107&data=01/10/2008>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CHAUÍ, M. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Conferência de abertura. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003. Poços de Caldas. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/marilenachauianped2003.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. *Serviço Social e Sociedade*,

São Paulo: Cortez, n. 104, 2010

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12. ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2003.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MIOTO, R. C. T. ; NOGUEIRA, V. M. R. Serviço Social e Saúde: desafios intelectuais e operativos. *Ser Social*, v. 11,n. 25, 2009. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/download/12733/11135/23012](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/12733/11135/23012)>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PEREIRA, L. D. *A expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil:*

análise da tendência à desqualificação profissional. In: PEREIRA, L. D.; Almeida, N. L. T.

(Org.). *Serviço social e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TEIXEIRA, R.; TEIXEIRA L. A supervisão acadêmica de estágio em questão. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 14., n. 2, p. 173-186, jul./dez.2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8642736>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SGUISSARDI; SILVA JUNIOR. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2010.

,

,